



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE**

**ANA CLEIDE FEITOSA VALENÇA
SILVIA DANTAS RODRIGUES**

**O REGIMENTO ESCOLAR COMO GARANTIA DE MELHORIAS NO ENSINO DO
COLÉGIO ESTADUAL GOV. LOURIVAL BAPTISTA**

PORTO DA FOLHA-SE

SETEMBRO/ 2015

ANA CLEIDE FEITOSA VALENÇA
SILVIA DANTAS RODRIGUES

**O REGIMENTO ESCOLAR COMO POSSIBILIDADE DE MELHORIAS NO
ENSINO DO COLÉGIO ESTADUAL GOV. LOURIVAL BAPTISTA**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado em forma de Plano de
Intervenção em cumprimento a uma das
exigências para obtenção do título de
especialista no Curso de Especialização em
Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente
Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático: Escola como
espaço de promoção da cidadania e
mediação de conflitos.**

**Professor/a Orientador/a:
professora Mestre em História, Karla
Karine de Jesus Silva.**

**PORTO DA FOLHA-SE
SETEMBRO/2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Valença, Ana Cleide Feitosa, 2016

O Regimento Escolar Como Garantia de Melhorias no Ensino do Colégio Estadual Gov. Lourival Baptista/ Ana Cleide Feitosa Valença, Silvia Dantas Rodrigues – 2016, 53 f.: 30 cm.

Orientadora: Karla Karine de Jesus Silva

Plano de Intervenção/ Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe/ Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos, 2016.

1.Regimento Escolar 2. Garantia 3. Melhorias no Ensino 1. Silva, Karla Karine de Jesus II. Regimento Escolar como Garantia de Melhorias no Ensino do Colégio Estadual Gov. Lourival Baptista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção do/a docente Prof.^a Karla Karine de Jesus Silva, intitula do DIREITOS E DEVERES: A IMPORTÂNCIA DO REGIMENTO ESCOLAR COMO MEDIDA PARA UM BOM APRENDIZADO DOS DISCENTES NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR LOURIVAL BAPTISTA defendido e aprovado em ___/___/___pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

(Examinador/a 1)

(Examinador/a 2)

(Orientador/a)

AGRADECIMENTOS

Não sabemos nada, mas temos sempre amigos que sabem, ninguém sabe nada sozinho.

Agradecemos a todos aqueles que souberam conosco e, principalmente, a Deus o criador de toda sabedoria humana, a quem devo a minha vida. Ao Senhor, toda honra e toda glória!

Agradecer também, a meus filhos e esposo, enfim, a todos os meus familiares e a minha família espiritual Renovação Carismática Católica (RCC), os dias todos...

Aqui fica, o meu agradecimento de modo particular ao meu ex-aluno Victor, que também é meu filho de consideração. Esse que tanto contribuiu para que o melhor acontecesse neste Projeto, disponibilizando-se o pouco tempo que ainda lhe restava, apenas para ajudar-me na tarefa que por alguns instantes foi tão árdua. Não posso esquecer do seu irmão, o Vagner, que contribuiu com seus conhecimentos sobre informática. Muito obrigada, Vagner!

Não posso esquecer de um outro grande amigo, professor e também um dos nomes mais importantes da pedagogia da Educação Física do Brasil, que é João Batista Freire, excelente escritor. Deu-me apoio todas as vezes que solicitei suas orientações, então, fica aqui, o meu reconhecimento, João.

Minha sobrinha, Ana Paula, que também contribuiu para com a revisão de meus escritos, obrigada pela participação. Não posso esquecer também de William, meu amigo que contribuirá para a prática deste trabalho juntamente com Victor, obrigada pelo sim de vocês nessa tarefa.

Para agradecer a participação de minha orientadora na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, prefiro abrir um novo parágrafo, quero dizer-lhe que esse trabalho tem alguns coautores, todos já nomeados, mas a professora Karla Karine de Jesus Silva é responsável por boa parte de tudo o que fiz de melhor nele. Obrigada, Karla!

Não poderíamos esquecer dos tutores: Daniela Moura Bezerra e Williams Souza Silva que estiveram conosco durante o curso nos orientando com bastante dedicação, muito obrigada, professores.

Ana Cleide Feitosa Valença

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço a todos de coração.

À minha orientadora Karla Karine de Jesus Silva, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A minha mãe que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu sendo muito importante nesta etapa.

Ao meu querido esposo, Adriano Manoel, um muito obrigada pela generosidade em me ajudar com palavras de incentivo quando tudo parecia perdido e de saber entender minha ausência para concluir mais uma etapa da minha vida, e é por isso que você é o amor da minha vida. TE AMO!

Obrigada minhas irmãs e sobrinhos, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Silvia Dantas Rodrigues

RESUMO

Este trabalho trata-se de um Plano de Intervenção – uma proposta de ação que visa solução de um determinado problema no ambiente escolar. Nesse sentido, objetivamos apresentar normas estabelecidas no Regimento Escolar do Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, com a finalidade de facilitar o aprendizado dos discentes e prepará-los para o enfrentamento das diversidades existentes nesse estabelecimento de ensino, visando a resolução de problemas. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa com alguns discentes de séries variadas, para constatar as principais problemáticas que envolvem os alunos nesse ambiente, dentre elas: discentes não comparecem uniformizados, não são assíduos, além disso, não são tratados com respeito pelos membros escolares, como também não os tratam. E logo após iremos aplicar as possibilidades que possam contribuir para um maior rendimento no conhecimento adquirido. Isso se dará através de um Ciclo de Palestras, que a princípio será aplicado para os alunos dos 6º anos, objetivando maiores esclarecimentos referente ao Regimento, levando em consideração os direitos e deveres dos alunos, para que estes compreendam melhor os seus compromissos para com a escola e possam desfrutar das garantias pré-estabelecidas no documento da mesma. É nosso interesse também apresentar de forma bem ponderada e aprofundada esse Regimento a todos inseridos nesse colégio, para que a educação proporcionada aos discentes torne-se mais pertinente e mais prazerosa.

Palavras-chave: Regimento Escolar, Direitos e Deveres, Ação, Educação.

ABSTRACT

This work it is an Intervention Plan - a proposal for action aimed at solving a determined problem in the school environment. In this sense, we aim to introduce rules set forth in the Rules School of the Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, in order to facilitate the learning of students and prepare them to face the existing diversities that educational institutions, aimed at problem solving. Initially, a survey was conducted with some students in various grades, to find the main problems involving students in this environment, such as: students do not show up in uniform, are not frequent, moreover, are not treated with respect by school members, as also do not treat. And soon after we will apply the possibilities that may contribute to a higher yield on acquired knowledge. This will be done through a Cycle of Lectures, which at first will be applied to students of 6 years, aiming further clarification regarding the Rules of Procedure, taking into account the rights and duties of students, so that they better understand their commitments to school and can enjoy the established guarantees in the same document. It is our interest also submit well-considered and thoroughly that all the Regiment entered this school, so that the education given to students to become more relevant and more enjoyable.

Key words: School Regulations, Rights and Duties, Action, Education.

LISTAS DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS E, OU TABELAS

Quadro 1 – Objetivos do Plano de Intervenção	41
Quadro 2 – Descrição das Ações do Projeto de Intervenção	43
Quadro 3 – Cronograma do Ciclo de Palestras	45

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTAS DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS E, OU TABELAS	9
SUMÁRIO.....	10
INTRODUÇÃO	11
Capítulo1	17
O CENTRO DA QUESTÃO: A DESORDEM E A FALTA DE CONHECIMENTO QUE AFETAM O APRENDIZADO.....	17
1.1 Escola Ideal ou Escola Real?	29
Capítulo 2	32
A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS E DEVERES DOS DISCENTES NO AMBIENTE EDUCACIONAL.....	32
1.2 Para Além das Igualdades e Diferenças	37
Capítulo 3	39
REGIMENTO ESCOLAR COMO PRÁTICA COLETIVA NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E DOS DEVERES... ..	39
Metas.....	42
Cronograma de atividades	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um Plano de Intervenção – é uma proposta de ação que visa solução de um determinado problema no ambiente escolar. Nesse sentido, objetivamos apresentar as normas estabelecidas no Regimento Escolar do Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, para que os alunos se conscientizem de seus direitos e deveres e que esse facilite para um melhor enfrentamento dos problemas existentes no âmbito educacional.

A escola precisa ser organizada e também ter metas para o enfrentamento dos desafios que vêm surgindo devido à falta de conhecimento dos discentes e dos docentes sobre determinadas regras pertinentes que se encontram no documento mencionado, a exemplo dos direitos e deveres que lhes são conferidos por Lei respectivamente:

Ser tratado com respeito por todo pessoal do colégio, exercer a autonomia intelectual e o pensamento crítico, recorrer à Direção, Comitê Pedagógico e/ou Coordenadoria de Ensino quando julgar prejudicados os seus direitos; comprometer-se com a integridade do patrimônio físico da escola, comparecer uniformizado nos turnos, ser assíduo e pontual, tratar com respeito todos os membros desse colégio. Atendendo às decisões tomadas, comparecer a todas as avaliações, respeitar as normas disciplinares, ter um adequado comportamento social a fim de elevar seu próprio conceito e da unidade de ensino. Todo esse conhecimento poderá fazer uma grande diferença no aprendizado dos discentes. (REGIMENTO DO LOURIVAL BAPTISTA, 2015, p.15.)

Há uma imensa necessidade do Colégio Lourival Baptista encontrar caminhos que levem a resultados significativos na educação proporcionada aos discentes, para João Batista Freire: “Se quisermos encontrar a ordem, teremos que observar com atenção a desordem” (FREIRE, 1991, p.61). Nota-se nesse escrito de Freire o caminho para construirmos um ambiente mais organizado que será bastante importante para um bom aprendizado. Portanto para encontrar a tal organização tão importante para uma formação mais eficaz no Colégio Lourival, é preciso observar, primeiramente, as recorrentes falhas de professores e de alunos que vêm ocorrendo dentro desse ambiente escolar, como se nota, a falta de pontualidade e assiduidade de docentes e discentes. Portanto, no inciso IV do artigo 32 do regimento do colégio Lourival relata que é dever do professor: “comparecer pontualmente e assiduamente ao trabalho”. Assim também para o aluno cabe a mesma responsabilidade que está no inciso II do artigo 36 do mesmo documento: “ser assíduo e pontual”. (REGIMENTO, 2015, P. 17 e19.)

Como diz o autor já mencionado, é necessário observar com bastante atenção o que realmente se encontra desorganizado para encontrarmos mais organização, para isso é relevante ter conhecimento das regras estabelecidas no Regimento, por conseguinte, esse documento traz inúmeras orientações sobre: os direitos e os deveres para com a escola e os da escola para com os alunos e professores, proporcionando condições para um melhor aprendizado. Segundo os alunos, sem organização é impossível aprender: “ com bagunça na escola não se aprende”. Então, serão esclarecidos alguns pontos importantes para os alunos e para os professores com base no Documento da escola que objetivamos um resultado esperado que é o aprendizado de maneira mais eficaz.

Essa organização que os alunos e professores almejam dentro de uma escola, poderá ocorrer quando houver tentativas de buscar meios que possibilitem mudanças dos mesmos, para melhor disciplinarem-se nas relações e nos compromissos com a escola. Não buscar somente no currículo ou em repreensões, mas também em outros meios que possam ser bastante viáveis para o ensino tornar-se eficaz.

Deve-se levar em consideração alguns aspectos morais, éticos e sociais, para um melhoramento no aprendizado. Por conseguinte, tentaremos mostrar, por meio deste Plano de Intervenção, aos alunos do Colégio Estadual Lourival Baptista a relevância de conhecerem os seus direitos e deveres com base no Regimento, para aprenderem mais eficazmente o que lhes é proporcionado na educação. Através de palestras sobre direitos e deveres, objetivamos conscientizar as pessoas dessa comunidade escolar para cumprir verdadeiramente com as suas responsabilidades.

No que se refere à legislação protetiva dos direitos da criança e do adolescente, o presente estudo teve como pilar também a vigente Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.690/1990), que proíbem qualquer tipo de violência contra o público infante-juvenil e garantem uma série de direitos a esses destinatários. Objetivamos conscientizar os discentes, como também os docentes, pais e funcionários dessa instituição a visarem uma postura de acordo com as regularidades estabelecidas, principalmente, no Regimento Escolar e nos demais já citados.

A escola Lourival Baptista deve garantir os direitos e deveres de todos os membros da mesma, para que esses possam viver em equilíbrio diante das ocorrências que às vezes se tornam difíceis desafios, como em casos de desrespeito em relação aos colegas,

porque não sabem conviver com as diferenças. A violência no Lourival vem se apresentando como uma questão que suscita cada vez mais a atenção da escola. Ela se manifesta na forma como os alunos se relacionam entre si, a exemplo do *bullying* praticado nesse ambiente.

Mediante as leituras publicadas em artigos sobre *bullying*, esse tipo de violência é identificado como sendo um fenômeno que já vem ocorrendo no mundo inteiro, há muitos anos, como foi exposto por Leão, a partir de 1970 que na Suécia, passou-se a estudá-la com profundidade. Já na escola Lourival Baptista há comportamentos também do tipo: violência verbal, física, preconceito, *bullying* racial e contra obesos e tudo isso traz à tona a necessidade de intervenção. (LETICIA GABRIELA LEÃO¹, 2010, p. 119.).

Os discentes, e os docentes têm vários direitos perante o Regimento dessa Escola, a exemplo do que está no art. 35 do inciso V: “ser tratado com respeito por todo pessoal do colégio” (REGIMENTO, 2015, p.19.). Porém na prática isso não ocorre assim, porque quando não há um compromisso dos membros da escola, também não se vive a responsabilidade como diz o documento.

Segundo José Saramago, perguntemo-nos: “ Onde está a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam? ” (SARAMAGO,1996, p.241). Com base no Regimento Escolar, faremos uma profunda reflexão dessa visão mencionada, para que as pessoas desse âmbito educacional se conscientizem de suas responsabilidades e procurem cumprir de forma responsável com seus deveres, não se omitindo aos fatos como se fossem verdadeiros cegos diante das situações, como cita Saramago na obra Ensaio sobre a Cegueira.

Esse comportamento mencionado pelo escritor acima, vem ocorrendo na escola Lourival Baptista, por exemplo: alunos não cumprem com os seus deveres, professores, constantemente, também não, além disso, a violência faz parte desse contexto escolar. E o que a escola faz? Não assume a responsabilidade como deve ser, vivendo, portanto, como pessoas cegas que não querem enxergar os problemas e assumir as devidas responsabilidades. De acordo com o Art.15 do Regimento Escolar: “garantir a participação, o diálogo e a cooperação entre educadores, educandos e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade livre, democrática, solidária, próspera e justa” (ESCOLAR, 2015, p. 07). Dessa forma, a

¹ Leticia Gabriela Leão. O fenômeno bullynig no ambiente escolar.

escola assumiria seu papel e seus membros ajudariam nessa responsabilidade para evitar essas reincidentes falhas.

Esse trabalho será desenvolvido através de ciclo de palestras com a pretensão de conscientizar os inseridos na instituição Lourival Baptista, em questão do Regimento Escolar. Para um melhor rendimento do nosso trabalho, inicialmente será desenvolvido ciclo de palestras com as turmas do 6º ano por terem maiores necessidades de certos conhecimentos desse documento, segundo a direção. Mas também futuramente iremos aplicar em todas as outras séries, tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio da mesma escola. Realizar ciclo de palestras sobre cidadania: direitos e deveres com enfoque no Regimento Escolar do Colégio Estadual Governador Lourival Baptista de Porto da Folha, essa opção foi a melhor metodologia julgada para o plano de intervenção que visará proporcionar uma conscientização de suas responsabilidades que são favoráveis a esse ambiente. Sendo necessário um comprometimento de todos inseridos no Colégio já mencionado para resultar em uma educação de qualidade.

Para alcançarmos um avanço na educação desse estabelecimento, teremos de aplicar algumas metas como: palestras e oficinas que visem uma melhoria na educação, as quais julgamos de grande relevância para esse fim, sendo pertinente apresentar aos alunos do Colégio Lourival Baptista alguns artigos do Estatuto da criança e do Adolescente, com finalidade também de dirimir dúvidas das famílias, dos alunos e dos funcionários em geral. Apresentaremos de forma clara as responsabilidades de cada um para com a escola, porque a falta de compromisso por parte dos discentes, docentes e funcionários em geral vem atingindo o colégio Lourival, portanto evidenciaremos mais adiante os principais deveres e os direitos para com esse âmbito educacional, colocando em prática o ciclo de palestras.

Um outro ponto bastante importante para o avanço esperado na melhoria do ensino por meio deste trabalho é apresentar de forma clara os principais compromissos dos funcionários para com a escola e para com os discentes com base no Regimento Escolar da mesma. Para modelar alternativas de organização nas relações e na integridade física do estabelecimento de ensino.

O fortalecimento no vínculo de confiança entre os membros dessa instituição também é um ponto muito importante e por isso será esclarecido para as pessoas construírem

um grau de reciprocidade, a partir do momento que elas conhecerem as matrizes do regimento escolar, visem cumprir as disposições do mesmo.

Para obter a reversão de comportamentos que prejudicam os relacionamentos dos inseridos no colégio Lourival Baptista como: falta de valorização da experiência extraescolar do aluno e desrespeito à liberdade e ao apreço à tolerância e também de profissionais especializados para atenderem a demanda de educandos com deficiência. Portanto é necessário mais compromisso dos integrantes da comunidade escolar, visando alcançar o sucesso de uma escola organizada integralmente e que aprenda cada vez mais a conviver com as diferenças das crianças e dos adolescentes, para que esses sejam tratados de forma racional e tornem-se também assim, evitando problemas do tipo: falta de motivação dos alunos por conta da falta de compromisso dos pais e dos professores quanto às normas, falta de ética profissional e de responsabilidade pedagógica. Que muitas vezes a interação entre professores e alunos não é a melhor. O comprometimento, logo, entre docentes, discentes, funcionários e direção ainda é bastante falho, devido à falta de objetivos mais claros e comuns a todos que atuam na escola.

Nosso projeto de intervenção será baseado em ciclo de palestras para o esclarecimento do Regimento Escolar, com a finalidade de conscientizar, principalmente, aos alunos quais são seus direitos e deveres que estão prescritos nesse documento. Esse trabalho objetiva-se conscientizar os discentes de suas responsabilidades para com o âmbito escolar. A partir de algumas pesquisas que foram realizadas no mês de dezembro, através de questionários dirigidos a alunos e professores do colégio Lourival Baptista. Por meio dessa entrevista notamos a falta de conhecimento por parte dos entrevistados sobre as regras que estão estabelecidas nesse documento, portanto, chegamos à conclusão que a falta desse conhecimento vem prejudicando o ensino-aprendizado.

É preciso fazê-los compreender a importância de respeitar os princípios individuais de cada colega, quando esses possuírem um jeito novo de pensar, de ser e de agir como está prescrito art. 37 do inciso IX do regimento: “ praticar atos ou falar ofensas contra princípios e regras, que se devem pautar as razões” (REGIMENTO, 2015, p. 20.). Zelar pela integridade física e psicológica dos alunos deve ser prioridade de todos que fazem parte do colégio Lourival Baptista, cumprindo com os seus deveres e cobrando os seus direitos para que resulte na melhoria da educação nessa instituição. Para que os alunos obtenham o

conhecimento necessário para esses fins, será explorado o Regimento Escolar e alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Proporcionando-os compreensão de seus direitos e seus deveres para com a escola.

Apresentar as regras do Regimento Escolar aos alunos é o ponto principal desse trabalho, com finalidade de proporcionar o conhecimento daquilo que lhe é de direito. Para a divulgação dos direitos e deveres dos alunos no âmbito escolar, iremos trabalhar com algumas estratégias que julgamos importantes como: criação de cartilhas com os deveres e direitos dos alunos, realização de oficinas, exibição de vídeos falando dos direitos e deveres, para levar aos discentes o conhecimento desse documento para conscientizá-los.

As estratégias citadas acima irão girar em torno de vários pontos relevantes que possibilitarão intervir nas condutas individuais, proporcionando aos participantes maior interação e melhoria nos relacionamentos e no aprendizado.

No primeiro capítulo deste trabalho, serão expostas algumas regras do Regimento Escolar e alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo alusão também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a finalidade de tornar os alunos conscientes de seus direitos e deveres. No segundo capítulo evidenciaremos alguns problemas existentes no Colégio Lourival e apresentaremos algumas estratégias para solucionar os ocorridos negativos nessa instituição. Já no último capítulo, serão traçadas estratégias para a resolução da problemática da escola, com finalidade de conscientizar os alunos e professores de seus respectivos compromissos dentro do âmbito educacional. Além disso, a escola também precisa cumprir à risca as suas devidas responsabilidades para um melhor aprendizado. Proporcionando-lhes condições favoráveis para o trabalho escolar.

CAPÍTULO 1

O CENTRO DA QUESTÃO: A DESORDEM E A FALTA DE CONHECIMENTO QUE AFETAM O APRENDIZADO

A origem da educação no Brasil remonta a chegada dos colonizadores em terras brasileiras, mais precisamente no ano de 1549 com a vinda dos Jesuítas para o Brasil, que tinham por objetivo catequizar e “civilizar” os nativos brasileiros. De lá para cá ocorreu uma série de transformações que culminou na efetivação da educação como Direito Constitucional.

Durante sua trajetória, a educação Brasileira foi marcada por várias disparidades. Segundo Olaíza de Oliveira Romanelli,

Até os anos 20, a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os extratos que detinham o poder econômico e político utilizavam-na como distintivo de classe. As camadas médias procuravam-na como a principal via de ascensão social, prestígio e integração com os estratos dominantes. Nesta sociedade, ainda não havia uma função (educadora) para os níveis médios e primários, razão pela qual eles não mereceram atenção do Estado, senão formalmente. A oferta de escola média, por exemplo, era incipiente, restringindo-se, praticamente, a algumas iniciativas do setor privado. (ROMANELLI, 1983, p.21.)

Já a partir da década de 1930 com a passagem da sociedade oligárquica para a sociedade urbano-industrial, as estruturas de poder foram alteradas e o esforço para implantar a industrialização gerou mudanças significativas na educação. Nesta mesma década, foi criado o Ministério da Educação que atendia pelo nome de Ministério da Educação e Saúde Pública.

O Ministério recebia essa nomenclatura por ser responsável por atividades pertinentes a vários ministérios. A partir de 1953 com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e, somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Além deste marco, a Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação. Implantou-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. A Constituição de 1937 manteve parte do que foi implantado pela legislação anterior, incluindo novos parâmetros, dentre eles o ensino profissionalizante.

Nos anos de 1946 a 1964, mais conhecido como redemocratização nacional, surgiram diversos movimentos populares, tais movimentos encabeçavam a luta por vários direitos, dentre eles: a defesa de uma educação para todos, o aperfeiçoamento e a difusão do ensino secundário, a de erradicação do analfabetismo, a educação rural, a educação para deficiente, etc. Percebe-se que aos poucos a sociedade brasileira passou a tomar consciência da importância da educação para a consolidação de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

É dentro desse contexto conjuntural que surge o primeiro embrião da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Essa é a lei que define e regulamenta o sistema de educação brasileiro com base nos princípios constitucionais. Em 1948 o Ministro da Educação encaminhou o primeiro Projeto de lei da LDB, gerando um debate sobre a sua aprovação e implantação que durou 13 anos, sendo finalmente sancionada em 1961. Com a sua aprovação, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo as responsabilidades atribuídas inteiramente ao MEC. Em 1968 houve a reforma universitária, que também foi chamada de “Grande LDB do Ensino Superior”, assegurando autonomia às universidades públicas e privadas e instituindo um modelo organizacional único para ambas. (JOSE WILLINGTON GERMANO, 2000, p. 212)

A partir da LDB de 1971 o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos 14 anos, exigindo ainda um currículo comum para o primeiro e segundo. Em 1996 é realizada uma nova reforma na educação brasileira, que culminou na nossa atual LDB, trazendo diversas mudanças às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil e a formação adequada dos profissionais da educação básica. Vale ressaltar que a LDB abrange todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até o ensino superior.

Já durante o regime militar que vai da década de 1960 à década de 1980, o Brasil vive um retrocesso no que tange aos Direitos Educacionais, voltando a avançar a partir da nova Constituição promulgada em 1988 levando em consideração o bem comum.

A Constituição Federal de 1988 representa um salto qualitativo com relação às legislações anteriores, sobretudo, em seu Art. 5º ao apresentar a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família e da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa humana, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania”. (BRASIL, 1988).

O artigo 206 atribui que o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988, p.43.)

A partir dessas colocações, percebe-se que a educação é um direito do ser humano e deve ser provida mediante as especificações expostas neste artigo constitucional.

Outro artigo que traz o direito à educação de forma mais detalhada é o artigo 208, que está disposto da seguinte forma:

O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade ;V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988, p.32.)

Tomando por base as colocações anteriores, percebe-se que a Educação avançou significativamente no Brasil, sobretudo a partir da reforma da LDB e da promulgação da CF/1988. Outro avanço diz respeito à criação e implantação da Política Nacional de Educação. Essa Política foi formulada a partir dos Princípios Constitucionais e com base na LDB. Tal Política pertence ao grupo de Políticas Públicas Sociais do país, e para que possamos compreender melhor o significado dessa política se faz necessário compreender o que é Política Pública. Conforme o INEP,

[...] Essa Política é de responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, se estabelece um processo de tomada de decisões que derivam nas normatizações do país, ou seja, nossa Legislação. As Políticas Públicas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que são as Políticas Sociais, estas determinam o padrão

de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais. (INEP, 2006, p. 165.)

Levando em consideração que as Políticas Públicas são ferramentas utilizadas pelo Estado para garantir os direitos sociais aos cidadãos brasileiros, e dentre eles o direito à educação, é implementada no Brasil a Política Nacional de Educação, com o intuito de promover a efetivação desse direito. No decorrer dos anos essa política fora definida de formas diferentes, por envolver interesses políticos diversos, entretanto, a Política Educacional de um País precisa ser guiada pelo povo, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum. Vale ressaltar que a partir da implementação da Política Nacional de Educação surgem outras políticas que são desdobramentos da mesma, um exemplo disso é a Política de Educação Inclusiva, que abordaremos a partir de agora.

A luta pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social. Essa luta gira em torno da garantia da educação como um direito de todos e dever do Estado, bem como do direito à igualdade de acesso e permanência na escola presentes na Constituição Federal.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino trazem à tona a necessidade de avaliar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, a partir da criação de sistemas educacionais inclusivos. A partir desses pressupostos, o Ministério da Educação apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A educação especial brasileira se organizou para o atendimento ao ensino comum, trazendo à tona diferentes compreensões e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas. O atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais teve início ainda no período Imperial, com a criação de instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, hoje chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). No ano de 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental; já o atendimento a pessoas superdotadas recebeu atenção pela primeira vez em 1945, é criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE). Em 1961, o atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais passa a ser fundamentado pelas disposições da LDB (Lei nº 4.024/61). No ano de 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão responsável pela gerência da educação especial no Brasil.

Vale frisar, que a Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem qualquer forma de discriminação” (art.3º, inciso IV). Junto a isso, o artigo 205 afirma a educação como um direito de todos, visando garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no seu artigo 206, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Outro marco importante ocorreu em 1994, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial que deu acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais às classes regulares de ensino.

A atual LDB 9.394/96, em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Sobre isso o MEC elucida,

O Decreto nº 3.298/99 vem regulamentar a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, pois define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, uma educação de qualidade para todos (MEC, 2006, p.193.)

Para tanto, o Regimento Escolar do Colégio Estadual Governador Lourival Baptista também traz orientações baseadas em leis já mencionadas que são bastante relevantes para uma nova conscientização dos membros dela. Sendo importante frisar algumas das orientações para superar os problemas que causam impactos à instituição de ensino aos profissionais, aos pais e aos alunos. Como situações que ocorrem devido à falta de tolerância e de compromisso dos alunos, dos professores e funcionários em geral, isso pode se tornar um problema se a escola não influenciar a caminhos do processo de mudança de ideias, de

comportamentos e de valores. Mas para isso a escola precisa de uma preparação prévia baseada nesses valores que estão inseridos no Regimento da mesma, para agir de maneira consciente diante das situações.

Regimento Escolar deve ser o documento que estrutura as definições de tomada de decisões política, teórica e ideológica da comunidade escolar; assim, esses documentos devem ser construídos coletivamente e mantidos à disposição para acesso e consulta, pois além de se complementarem, são a base teórica e metodológica de todo o trabalho a ser desenvolvido no âmbito escolar. (REGIMENTO, 2015, p. 01)

Segundo Gomes e Gustavo, eles descrevem a respeito da implementação do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico (PPP). Os autores deixam evidente o papel desses documentos para uma educação eficaz, quando há maiores transparências por parte da escola para com o trabalho pedagógico com base no Regimento Escolar que proporciona esta função:

A escola deve ser transparente no que diz respeito a toda sua funcionalidade, princípios e concepção e o Regimento Escolar cumpre este papel, na medida em que torna explícitas as decisões institucionais. Expressar o PPP é, também, orientar os diferentes segmentos escolares na busca de objetivos claros, democráticos e participativos. Se a escola é pública, laica e gratuita, o processo de constituição do PPP e do Regimento Escolar deve ser um movimento de participação ampla de toda a comunidade escolar para pensar seus princípios e diretrizes. A construção de conhecimento, saberes e viveres é o núcleo centralizador da escola. Entretanto, para que isto aconteça, é importante organizar o fazer pedagógico e o administrativo, através e a partir de toda uma legislação existente (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2009, p. 04.).

O principal ponto destacado pelas autoras se refere à gestão democrática na escola, prevista na legislação educacional brasileira, onde é necessária a participação da comunidade escolar na elaboração e aplicação na prática desses documentos (Regimento Escolar e PPP), o que, segundo experiências da autora, nem sempre ocorre na implementação dos mesmos, pois segue-se um modelo padrão, não se constrói coletivamente, embora esteja previsto na gestão democrática da escola, assim, se deixa de contemplar algumas necessidades específicas da escola, pois não são descritas situações e fatos que precisariam estar previstos. O Regimento Escolar precisa contemplar as especificidades da Instituição Escolar, pois a finalidade principal do mesmo é contribuir no êxito do processo de ensino e aprendizagem.

Como vimos o Regimento Escolar é um importante documento de referência para o funcionamento da escola. Nele está materializado o Projeto Político Pedagógico na forma de registros dos procedimentos, funções, atribuições e composição de cada um dos diferentes segmentos e setores da escola. Isto é fundamental para que todos os que trabalham na escola, bem como os que participam da sua vida cotidiana, como comunidade escolar, tenham claro o processo histórico de organização e de normatização da instituição.

O Regimento Escolar deve procurar explicitar, o máximo possível, a filosofia, os fins e objetivos da escola e de seus diferentes setores. Isto deve acontecer para que não haja dúvidas quanto ao funcionamento e regras que regem cada um deles.

É fundamental, portanto, ter em mente que a escola é um local onde precisa oferecer segurança e tranquilidade, de modo que a criança e o adolescente sintam-se protegidos preparados para um bom relacionamento que poderá resultar num excelente aprendizado, tornando-os pessoas capazes de criar e desenvolver responsabilidades e autonomia própria.

Dessa forma, esse projeto irá contribuir na formação dos alunos para alavancar mudanças em suas atitudes com base também em pensamentos de alguns educadores que vêm contribuindo para uma educação melhor, como: Paulo Freire, João Batista Freire, Platão e Mário Sergio Cortella. Esses que em seus estudos descobriram caminhos facilitadores para o processo educativo.

Em decorrência de situações como: discriminar o colega por ser obeso, por se vestir diferente dos demais, por pertencer a uma religião diferente da maioria, por não saber se expressar de acordo com a norma padrão, tudo isso leva a uma necessidade de extraordinário salto dos inseridos no Colégio Estadual Governador Lourival Baptista para criar novas estratégias que proporcionem um certo amadurecimento nas relações e no aprendizado, para que haja maiores tolerâncias diante das diferenças existentes dessa escola e mais compromisso por parte das pessoas. Além desses, há outros problemas que estão presentes nessa instituição, por exemplo: falta de capacitação dos professores que possam atender ao avanço da tecnologia para inter-relacionar no trabalho pedagógico. Segundo o regimento escolar são atribuições ao professor no exercício de suas funções de docência: “planejar e explorar o trabalho docente, em consonância com a proposta pedagógica da escola, atendendo

ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanado do órgão competente” (REGIMENTO, 2015, p. 15).

Partindo-se da realidade do Colégio Lourival Baptista, nota-se por parte de docentes, discentes, enfim, os inseridos nessa instituição educacional determinada carência tecnológica, portanto esse conhecimento facilitaria a prática dos princípios da educação na forma de trabalhar conteúdos fundamentais atrelados ao avanço tecnológico para um futuro melhor, sem burlar nenhum direito do ser humano e cumprir sempre com seus deveres. Como está prescrito no art.3º do inciso VIII do regimento da mesma: “ preparar o aluno para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho” (REGIMENTO, 2015, p. 02.). Diante desse exposto, notamos a importância da educação na vida do cidadão, para uma preparação que garanta estabilidades futuras e esse venha a ser mero cumpridor de seu papel na sociedade.

Há uma necessidade que deve ser levada em consideração, apesar de qualquer diferença social, racial, moral que possa existir na escola. É extremamente importante que os discentes assumam de forma responsável os compromissos como ser assíduo e pontual, também comparecer ao colégio uniformizado e participar ativamente das atividades desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem para com esse centro educacional, evitando os tipos de atitudes que venham violar as regras estabelecidas no regimento do Colégio Lourival Baptista.

Por isso é essencial que se faça uma reformulação de valores por meio de ações eficazes que visem mudanças nas condutas dos envolvidos, como palestras referentes às regras estabelecidas no Regimento alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente para que os alunos e professores tenham conhecimento de seus direitos e deveres para esses exerçam suas funções como meros cumpridores de sua cidadania para com a escola.

A princípio, o que motivou desenvolver um Projeto de Intervenção com o tema abordado foi quando percebemos a falta de conhecimento que os alunos e professores têm a respeito do Regimento Escolar. Constatamos essa informação após aplicarmos um questionário que contém 09 questões relacionadas aos discentes e 08 relacionadas aos docentes sobre: o que é o Regimento Escolar? Qual a sua importância para uma educação de qualidade? E como colocá-lo em prática? Questões essas de caráter objetivo e subjetivo. Por

consequente, notamos que isso vem prejudicando no aprendizado de cada um, tornando-se assim uma educação sem eficácia devido à ausência de um intercâmbio de conhecimentos teóricos e regras estabelecidas nesse documento que facilitem o avanço na educação esperado.

Vale ressaltar que tais regras inseridas no Regimento devem ser reconhecidas e colocadas em práticas por todos dessa escola, para que os funcionários em geral e os alunos passem a respeitar uns aos outros. Sabendo conviver com as particularidades de cada um, para isso iremos aplicar o Projeto com base, principalmente, no Regimento Escolar para levar um profundo conhecimento das regras que serão tão pertinentes para uma educação de qualidade. A educação poderá melhorar a partir do momento em que os alunos se tornarem conscientes de suas responsabilidades como: ser assíduo e pontual, participar ativamente das atividades desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem, também comparecer a todas as avaliações e procurar sempre exercer seu papel de forma adequada a esse meio social. Por isso serão expostas algumas regras do regimento para que os alunos tomem posse disso.

A partir do Regimento Escolar, compreendido como caminho que rege o ato de aprender, os professores podem organizar suas tarefas em processo coletivo ou individual. Sobretudo, este instrumento deve ser norteador de um trabalho-diálogo, pois em escola, a produção deve ser resultado de esforços solidários e coletivos de pensar e de agir na e para a educação.

O Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, localizado à Rua Cel. João Gonçalves, nº 1744, município de Porto da Folha/SE, instituição educacional pertencente à rede estadual de Ensino, ministra o Ensino Fundamental e Médio, e seu Núcleo, localizado Povoado Ilha do Ouro, ministra o Ensino Médio nos termos da legislação educacional vigente.

A escola possui 32 professores de diversas áreas. Atualmente ela possui uma estrutura reformada, porém a integridade física dela não é preservada. A mesma contém 09 salas de aula, 02 banheiros, uma cozinha, 01 sala para os docentes e uma secretaria. Além de outras repartições como almoxarifado, um laboratório ainda incompleto de equipamentos (ELISANGELA SILVA²).

Sobre avaliação, essa deve ser considerada sob a perspectiva processual, enfatizando as seguintes dimensões: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa. Segundo Jose Carlos Libâneo, a verificação consiste na “coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevista.” A qualificação se refere à “comprovação dos

² Mediante uma conversa pessoal com a secretária, Elisangela Lima da Silva, 15/12/2015.

resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos. ” O terceiro objetivo diz respeito à “avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se a padrões de desempenho esperados. “ (LIBANEO, 2013, p.15.)

Tomando por base as colocações anteriores segundo Libânio, considerando esse tipo de avaliação, o Colégio Estadual Lourival ainda não avançou significativamente, sobretudo na qualificação, pois se encontra longe de uma organização que poderia contribuir para o tão almejado resultado na educação. Essa longevidade se dar muitas vezes pela falta de comprometimento entre as pessoas com o ensino e aprendizado, principalmente, entre professores e alunos.

Poderíamos então, afirmar que a educação tem uma grande importância no processo de mudança das pessoas. Podemos começar pela conscientização dos alunos de seus reais direitos e deveres perante a escola, mas, sem deixar de lado os pais que também precisam participar ativamente dessa tarefa, desde seus filhos pequenos, impondo suas regras e normas aos mesmos.

A proteção integral da criança e do adolescente é uma obrigação que se impõe a todos. Desde a sua criação, o Estatuto da Criança e do Adolescente é de referência mundial como legislação destinada a proteger a juventude. Fruto de um extraordinário processo de mobilização social e política, que envolveu representantes do Legislativo, do mundo jurídico e do movimento social, este ordenamento legal adota a chamada "Doutrina da Proteção Integral"³, concepção que é a base da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989.

Paradoxalmente, suas disposições – verdadeiramente revolucionárias em muitos aspectos – ainda hoje são desconhecidas pela maioria da população. Sabe-se que é compromisso da escola zelar pela aprendizagem de seus alunos e também atentar para que nenhum deles sofra qualquer forma de negligência. Nesse sentido deve levar em consideração

³ "*Doutrina da Proteção Integral*: representa um avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais, posto que calcada na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, tendo, ainda, como referência documentos internacional, como Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, aos 20 de novembro de 1959, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing - Res. 40/33 de 29 de novembro de 1985, as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil - Diretrizes de Riad, de 1º de março de 1988 e a Convenção sobre o Direito da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro em 14 de setembro de 1990."(INFÂNCIA E JUVENTUDE – MP – SP.: SARAIVA, 1991, p. 202.)

a observância de regras saudáveis de convivência no ambiente escolar para garantir uma educação a todos inseridos, ademais, é de extrema importância para o equilíbrio entre desejos, deveres e direitos individuais e coletivos dos indivíduos do colégio Lourival Baptista que permeiem a convivência social e garanta a sobrevivência de uma sociedade democrática e de respeito a cidadania.

A Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante no artigo 5º que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990 p.01).

Na escola Lourival Baptista, em se tratando de um ambiente acolhedor, mas também desafiador para muitos, há situações que vão de encontro as regras da ECA. Esse centro educacional também é responsável pelos seus alunos, não só no papel de escolarizar, mas também de proteger de qualquer tipo de discriminação, dos que já foram citados acima, a todos que estão inseridos nela, diretor, coordenador, professores, enfim, dos funcionários em geral. Devendo interferir nas situações ocorridas para evitar uma divergência absoluta nesse espaço bastante complexo, devido as ações humanas.

Ser Cidadão é algo que se aprende. Desde pequeno um indivíduo começa a adquirir valores por meio da educação seja em casa, seja na escola, a cidadania não é um valor inato nas pessoas, ela é construída na convivência em sociedade. Mesmo assim, quem de nós já não sentiu as dificuldades que há de convivermos na sociedade, há choque de pensamentos, interesses particulares, enfim, muitas. Não há como compreender a escola e suas responsabilidades sem um olhar histórico sobre cidadania.

Para isso, precisamos abordar perspectivas teóricas para ilustrar a esse pensamento, sobre isso, elucida Aristóteles: "a cidadania era uma condição para a participação política na gestão da polis. O cidadão tinha que preencher determinados requisitos, como a necessidade de o governante saber também ser governado" (MENDES, 2010, p. 25). Já na ótica de Max Webber, da mesma forma que Hobbes, não se preocupou em traçar um conceito de cidadania. Em sua análise sobre o processo de modernização ele: "apresenta o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e à sociedade em que vive", demonstrando uma visão que iria

além dos que possuíam um pensamento comum, por meio de interpretações da realidade o indivíduo não se contentava com aquilo que não trazia para si o bem-estar social. (MENDES, 2010, p.26.).

E segundo Marshall que foi o primeiro estudioso que criou um conceito fixo e linear de cidadania. Em sua perspectiva, ele nos afirma o seguinte:

A cidadania se divide em três diferentes dimensões: a civil, a política e a social. Os direitos civis são concebidos no século XVIII, ao passo que os direitos políticos e sociais os são nos séculos XIX e XX, respectivamente. Os primeiros direitos estariam facilmente visualizados pela liberdade individual e igualdade formal; os direitos políticos, pela liberdade de associação e reunião, assim como pela organização política e sindical, sufrágio universal, entre outros; os direitos sociais, por sua vez, são os relacionados ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ou seja, às garantias de acesso aos meios de vida que possibilitem o bem-estar social. (RODRIGUES JAIRO OVÍDIO MENDES, 2010, p. 25).

Pautado nas definições sobre cidadania explícitas acima, vale ressaltar que o artigo 2º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 da Lei de Diretrizes e Base (LDB). Esse estabelece que a educação como dever da família e do Estado será inspirada em princípios básicos e uns dos quais nos levam a repensar, primeiramente, é sobre a “ gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” e “ garantia de qualidade de padrão”. Isso que se encontra nos incisos VI e IX do no artigo citado, traz-nos à tona a obrigatoriedade da família e do Estado de zelar com responsabilidade tudo aquilo que é de direito aos aprendizes, para que a educação alcance as expectativas dos educandos: “VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; IX - garantia de padrão de qualidade” (LDB, 1996 p. 01).

Por meio de interpretação sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (2015) fica evidente que a escola precisa assumir a responsabilidade de garantir uma formação baseada nos princípios de qualidade, preocupando-se com sua função social e respeitando os valores culturais do aluno a fim de que este tenha seu desenvolvimento intelectual pleno e a ele sejam assegurados os direitos de acesso, formação contínua e seguridade na qualidade para que possa estar preparado para o exercício de cidadania e atuação social.

A partir dos comentários abordados é possível perceber que muito ainda precisa ser feito a fim de que tenhamos uma educação que valorize a formação em plenitude onde o educando possa se sentir respeitado no ambiente escolar e tenha condições suficientes que lhe permitam frequentar assiduamente as aulas. Para isso, fica evidente que o Poder Público

precisa intervir na promoção da garantia dos direitos básicos e que o educando possa estar inserido num convívio familiar que lhe seja favorável onde os seus responsáveis possam ser os principais agentes no combate à evasão escolar.

1.1 ESCOLA IDEAL OU ESCOLA REAL?

Tratando-se de educação de qualidade, o Colégio Lourival Baptista enfrenta algumas dificuldades e, sem dúvida, afeta os mais carentes. Então, a escola diante dessa situação precisa levar em consideração que o “educar é papel dos pais e o escolarizar é papel dela”, sem sucesso tomar todas as responsabilidades para si, fazendo o papel também dos pais que as vezes deixam a desejar na educação base, que é a de casa. Em uma das obras de Dermeval Saviani, ele apresenta a escola como o local que deve servir aos interesses populares garantindo a todos um bom ensino e saberes básicos que se reflitam na vida dos alunos preparando-os para a vida adulta. Para que a escola cumpra esse papel, ela deve acolher os alunos com bastante empenho para verdadeiramente transformar suas vidas levando em conta os aspectos valores éticos, morais e sociais.

Por isso a cada dia que passa torna-se um desafio para os professores em sala de aula, mas é preciso descobrir meios que facilitem esse viés para haver uma transformação na escolarização dos discentes para suprir as expectativas daqueles que visam uma sociedade com igualdades de oportunidades para todos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 205, Pág. 01).

Dermeval Saviani apresenta a escola como o local que deve servir aos interesses populares garantindo a todos um bom ensino e saberes básicos que se reflitam na vida dos alunos preparando-os para a vida adulta. E quanto ao papel do Estado diante de tudo isso, ele tem total obrigação de respeitar e de garantir os direitos dos alunos, tendo ainda a obrigação de garantir que estes direitos sejam totalmente respeitados através de leis, sendo ele também obrigado a não violar essas leis existentes. Em decorrência desses meios, os discentes podem desfrutar de grandes ocasiões favoráveis para assim contribuir na revolução de uma educação eficaz e mais igualitária de oportunidade.

Diante dessa realidade, é de grande relevância que a direção escolar cumpra de forma responsável pelo direito de seus discentes, também com a plena consciência de que não

será uma tarefa somente dela. Se a caso houver algumas situações delicadas, a mesma deve acionar: pais, Conselhos Tutelares - Órgão de Proteção à Criança e ao Adolescente, enfim, acionar o órgão que melhor se enquadra no ocorrido. Dessa forma, qualquer episódio que envolva os menores, requer da equipe diretiva uma intervenção rápida com a finalidade da resolução da problemática, pode recorrer aos Órgãos que também têm o compromisso de proteger os menores de idade.

Em decorrência de situações desfavoráveis dentro dessa escola, tem como principais: a discriminação e falta de compromisso dos alunos, dos professores e de profissionais especializados para lidar com educandos com deficiência, por isso iremos fazer uma explanação do regimento da escola através de palestras, dinâmicas e oficinas sobre direitos e deveres para maiores esclarecimentos principalmente aos discentes e aos docentes dessa instituição.

Portanto sabemos que toda mudança exigirá bastante esforço, esse avanço positivo pode ocorrer gradativamente, desde que haja comprometimento da escola e dos profissionais da educação juntamente com os alunos para com o regimento escolar, para que aconteça o esperado, iremos precisar também do compromisso dos pais para com os seus filhos, para conscientizar as pessoas por meio de Projeto de Intervenção que resulte em educação de qualidade para tanto é necessário o empenho de todos, por conseguinte obteremos o resultado almejado.

Podemos afirmar que muito, como demonstra o autor Paulo Martinez:

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor, mas sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todas, ou para a maioria das pessoas. (MARTINEZ,1996, p:22).

Baseando-nos nesse autor percebemos a importância da educação dentro da formação de consciência de nossos jovens e adolescentes, enfocando nesse trabalho, especialmente, a questão dos direitos e deveres do aluno dentro da escola para melhores avanços na educação.

Logo, diante do exposto, percebemos que as questões do respeito e garantia de direito escolar precisam ser analisadas através de muitos debates que apontem as diversas

causas e possíveis soluções em diferentes vertentes. Percebemos ainda que as possibilidades de combater esse mal são diversas e que uma das inúmeras medidas existentes seria a adoção dos momentos destinados aos recreios para o desenvolvimento de atividades elaboradas com a participação dos alunos a fim de que estas estejam coniventes com suas próprias vontades culminando com o aumento de seus estímulos e interesses pela educação.

Capítulo 2

A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS E DEVERES DOS DISCENTES NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Para tanto é necessário a partir de agora, apresentarmos o diagnóstico para a problemática constatada, por meio de observações diárias e contínuas, no colégio Lourival Baptista. Diagnóstico esse que visa verificar como os alunos e professores estão se comportando diante de seus direitos e deveres para com a escola, conforme será exposto a seguir através de dados coletados junto aos alunos e professores, ficou evidente que a falta de conhecimento do regimento escolar vem prejudicando no ensino-aprendizado.

O Colégio Estadual Lourival Baptista fica localizado no centro de Porto da Folho/SE, foi o escolhido para aplicarmos o nosso Projeto, pelo fato de observarmos algumas necessidades de intervenção nas condutas de seus membros: agressão física, agressão verbal, assédio moral, *bullying*, discriminação e falta de preservação física do patrimônio escolar. Esses são os principais problemas que envolvem os menores. Isso que ocorre nessa escola já mencionada nos leva a reconhecer que é necessário avaliar as essas práticas e criar alternativas para superá-las. A partir desses pressupostos, o presente trabalho visa resultados positivos que garantam uma educação de qualidade para todos os alunos

Uma vez que a instituição educacional tem uma estrutura reformada, contém 09 salas de aula que possuem quadros brancos, mesas para os professores e dois ventiladores em cada sala, 2 banheiros, sendo um masculino e outro feminino, também uma cozinha composta de um fogão, um refrigerador e uma mesa. Em se tratando de alunos, a escola possui no momento 725 alunos matriculados, pois sempre há desistência por parte de alguns e também transferência.

A biblioteca não possui um bom acervo bibliográfico, principalmente, livros de literatura infanto-juvenil e também de adultos. Quanto ao laboratório de Matemática, Física, Biologia e Informática - tem equipamento parcialmente. A videoteca possui um bom acervo de audiovisuais VHS e DVDs que poderão subsidiar muitas disciplinas e/ou componentes curriculares do ensino fundamental e médio.

O Programa Nacional do Livro Didático possui um quantitativo de livros recebidos do MEC – FNDE, substituídos a cada (três) anos, para atender a demanda do ensino fundamental e médio. Também possui globo terrestre e mapas físico e político do Brasil e do mundo. Além disso, possui vários jogos e material de consumo. Para esporte tem-se colchonete, cones, fitas, bambolês, bolas, redes. Recursos tecnológicos a exemplo: sala de vídeo que possui TV LCD DE 37", vídeo cassete, DVD, etc. E tem 01 sala de professor que dispõe de computador e TV. Outras dependências como: secretaria que contém – computadores, impressora, TV, telefones.

Com base no levantamento desenvolvido no Colégio Lourival Baptista, os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários fazem parte da técnica quantitativa e qualitativa sobre as opiniões relacionadas aos direitos e deveres no âmbito educacional. Assim, os dados e informações coletados são primários. Constatamos que alguns direitos ainda são oferecidos parcialmente aos discentes e que muitos deveres também não são cumpridos por muitos dos membros dessa instituição, seja falha do Estado ou da própria Escola ou até mesmo da sociedade como um todo, que muitas vezes não dão a atenção adequada às necessidades deles.

Dentre as problemáticas existentes nesse estabelecimento de ensino, não poderíamos deixar de comentar sobre a falta de professores especializados para o atendimento de alunos especiais com maiores gravidades que possam garantir a esses a superação de suas dificuldades, portanto, para o cumprimento desse direito, o regimento escolar está em consonância com a Lei nº 9.394/96 que garante aos educandos com deficiência, professores capacitados para esse fim.” XIV - capacitar os professores para trabalhar com alunos especiais, visando sua efetiva integração no mundo” (REGIMENTO, 2015, p. 02).

Lamentavelmente ainda não há profissionais preparados para essa demanda. Tomando por base as respostas dos alunos, os problemas que constatamos por meio de uma entrevista com 15 alunos dessa escola das turmas do 6º, são 74 alunos desses anos, mas somente aquela pequena quantidade se disponibilizaram a participar do questionário aplicado, é notável que o desenvolvimento pleno dos portadores de necessidades especiais fica comprometido, isso devido a algumas carências que não correspondem as demandas desta Escola, paralelamente, eles também desconhecem de alguns direitos tão relevantes para o

desenvolvimento de sua aprendizagem como: desfrutar de pessoas capacitadas que proporcione-lhes futuramente igualdade de condições.

O questionário aplicado aos alunos apresenta 09 perguntas que foram elaboradas no modo objetivo e subjetivo onde os entrevistados podem optar pelas respostas SIM ou NÃO, podendo justificar sua escolha, para uma melhor compreensão aos dos fatos informados.

Conforme o levantamento feito mediante entrevista, com alunos de faixa etária de 10 a 13 anos, foi constatado que eles não possuem conhecimento sobre o regimento do colégio Lourival Baptista. No primeiro contato que tivemos com esses alunos para obtermos o que pretendíamos sobre o nosso questionamento, se deu com base nas experiências adquiridas por eles a respeito de alguns direitos e deveres, 14 dos 15 alunos disseram que não imaginavam que isto seria um dever para com a escola, segundo o art. 36 do inciso IV do Regimento: “ comprometer-se com a integridade do patrimônio físico da escola, colaborando na sua conservação e limpeza” (REGIMENTO, 2015, p. 19.). De poder desfrutar de um ambiente limpo como se fosse, com efeito, um dever também deles.

Os entrevistados também desconhecem o direito de receber informações sobre os programas disponíveis e a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar como está previsto (no artigo 53 do inciso III da lei 8.069/90): “ direito de constatar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores”(ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, p.46), apenas um aluno de 13 anos, que estuda no 6º ano A, dos 15, afirmou que sabia, mas de forma superficial e não imaginava que esse direito mencionado em lei.

Um outro fator que também contribui para a desmotivação dos alunos segundo os entrevistados, é a intolerância que há por parte da administração, que muitas vezes não dão informações sobre algo questionado pelos alunos e desrespeitam com palavras duras, segundo os entrevistados. Sabe-se que na rede escolar, lamentavelmente, são encontradas divisões e exclusões sociais, isso, podemos notar nas diversas condutas como nos foi revelado durante a realização do questionário com alunos e professores. Por conseguinte, essas comprometem o desejo de aprender de forma eficaz e em algumas das vezes as vítimas perdem até a vontade de fazer parte desse processo educacional tão significativo para a construção de uma sociedade mais crítica.

A falta de tolerância às diferenças de cor, raça, religião, classe social e estilo causa um desequilíbrio emocional nas vítimas e algumas expressões que ferem psicologicamente também são pronunciadas com frequência pelos colegas, essas são: gordo, burro, retardado, maluco, enfim. Com base na entrevista realizada com alguns alunos do Lourival, constatamos que muitas atitudes são intencionais e repetidas.

De forma geral, esses já sofreram algum tipo de discriminação que os deixa desestimulados para adquirir a escolarização contínua, conseqüentemente as vítimas precisam passar por um processo de acompanhamento psicológico para uma ressocialização sem sequelas no âmbito escolar, pois isso é essencial, tem-se como os principais afetados, na maioria das vezes, por ser obesos, porque segundo a entrevista realizada eles evidenciaram que não são tolerados devido as essas características que possuem.

É preciso deixar claro que o *bullying* não pode ser conceituado como uma simples manifestação da violência, mas sim como algo próximo do conceito de preconceito. Como sendo um reflexo dos fatores sociais, que vão determinar quem são os grupos-alvo, e quem são os agressores. Oportuna comentar que *bullying* é o tipo de agressão intencional e repetida, que ocorrem sem motivação evidente. Trata-se de violência adotada por um ou mais estudantes contra outro, de tal maneira agressiva que deixa a vítima angustiada e com dor. É resultado de uma relação de poder de desigualdade e representa a vitimação e ou intimidação entre pares ou por maus tratos entre iguais. (LEÃO, 2010, p. 125).

Ademais, o comprometimento dos adultos para com os menores, deve ser resultado de uma consciência madura para enxergar as regularidades estabelecidas na íntegra da lei 8.069/90, (ECA). Partindo desse pressuposto teríamos um resultado positivo, sabe-se que é uma tarefa complexa para a escola garantir a proteção integral a todas as crianças e adolescentes, mas também é dever de todos zelar pela dignidade deles. Por isso que uma escola conhecedora e cumpridora das leis, jamais permitirá qualquer tipo de negligência aos seus alunos e muito menos a omissão de determinadas irregularidades no âmbito escolar, no qual será o primeiro compromisso da equipe diretiva para com os discentes.

Os alunos, por sua vez, têm vários direitos perante a lei 8.069/90, (ECA) que também devem ser aplicados dentro da escola, sendo importante destacar um dos que está no artigo 53 do inciso IV: “ organização e participação de entidades estudantis” (ECA, 1990, Pág. 46). Logo percebemos que a organização e a participação de entidades estudantis é de

extrema importância para o desenvolvimento pleno dos discentes, pois dar aos mesmos o direito à liberdade de expressão para que eles aprimorem o senso crítico gradativamente para uma plausível participação nos projetos pedagógicos que são desenvolvidos no Colégio Lourival Baptista. Em consequência dessa participação, os discentes se sentirão mais atraídos pela a educação proporcionada dessa escola. Sobre intolerância, o filósofo Mário Sérgio Cortella afirma:

A escola, por exemplo, não cria violência sozinha, apenas reproduz a violência dentro dela. Mas também pode ser um meio de diminuí-la se atuar com conteúdos que ofereçam sentidos à vida dos alunos (Palestra Educação X Escolarização,2014.).

De acordo com o pensamento do filósofo, a escola pode levar oportunidades aos educandos por meio de conteúdos favoráveis para diminuir atos de violência, inserindo-os na participação dos eventos escolares e também lhes proporcionando a liberdade individual de expressão para maior apreço uns para com os outro, uma vez que, isso corrobora também para um ambiente mais humanizado e mais tolerante.

A discrepância presente entre os membros dessa instituição, muitas vezes, vem afetando de forma profunda, principalmente, os discentes a ponto de ser evidenciado no semblante dos mesmos. É um direito deles um tratamento justo e cordial por todos integrantes da comunidade escolar. Para isso segundo o regimento do colégio Lourival Baptista do art. 15 e inciso III, é atribuição dele: “ empenhar-se em prol do desenvolvimento integral do aluno quanto a valores, atitudes, comportamentos, habilidades e conhecimentos universais, utilizando processos que acompanhem o progresso científico e social” (REGIMENTO, 2015, p. 07). Paradoxalmente as informações necessárias que resultam em boas condutas não são transmitidas para que eles possam interagir uns para com os outros tendo consciência das consequências de seus atos.

Partindo desse comprometimento dos integrantes é de extrema importância que a escola zele pela proteção integral de seus educandos para garantir um futuro a eles sem tantas sequelas. Assim, o âmbito escolar poderá estar em consonância com o regimento atual da escola que também está condizente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069) e com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A entrevista realizada no dia 04/05/2015, foi aplicada através de um questionário para 15 alunos de séries diferentes e de condição social também divergente do

Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, para podermos constatar algumas suposições que servirão de base para o nosso plano de intervenção, por conseguinte, evidenciaremos algumas orientações para a melhoria nas relações.

2.1 PARA ALÉM DAS IGUALDADES E DIFERENÇAS

Em decorrência da entrevista realizada, constatamos também uma série de falhas atreladas a responsabilidade dos alunos para com a escola. Percebemos que ainda requer um maior avanço nesse sentido em se tratando de alguns compromissos, a exemplo de frequentar a escola assiduamente e pontualmente, ser respeitoso e cortês para com os colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, etnia cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas.

Em virtude disso, fica evidente que vários episódios se repetem a cada dia de maneira intensa e as vezes violência imerecida, essas condutas não somente nessa escola, mas em tantas outras do Brasil inteiro vêm afetando de forma veemente muitos, principalmente, os mais jovens que muitas vezes são o alvo de seus colegas e até mesmo por não terem maiores defesas.

Acredita-se que um tratamento de forma positiva transformaria a sociedade escolar num ambiente organizado com resultados surpreendentes, assim diz Platão: “é necessário a reorganização do meio, para transformá-lo em reino da justiça” (PLATÃO, 2004, p. 23). Isso exige naturalmente reformas radicais, como: conhecer as regras do Regimento para que os alunos respeitem os colegas e aprendam a conviver melhor com as diferenças, esse documento apresenta meios para tal fim. Dessa maneira, poderemos proporcionar novos caminhos que realmente sejam significativos aos alunos, professores e funcionários em geral.

Enfim, todos inseridos nesse ambiente educacional devem visar tudo aquilo que é de extrema importância para uma educação de qualidade, então julgamos necessário um profundo conhecimento sobre o regimento da escola e que esse seja realmente cumprido à risca sem nenhuma restrição, porque percebemos que esse documento que determina regras pertinentes ainda precisa ser colocado em prática pelos membros da escola, conhecendo o

Regimento, os alunos, professores e funcionários irão cumprir com seus deveres e também irão cobrar os seus direitos, tornando assim um ensino mais proveitoso.

Essa falta de conhecimento de algumas regras do Regimento Escolar vem contribuindo para uma educação de baixa qualidade, porque tendo o necessário conhecimento do que está estabelecido nele para fazer a diferença no que leva a cumprir com seus direitos e deveres dentro da escola resultando em um bom aprendizado, por isso, os discentes e docentes terão que assumir uma parceria juntos para a melhoria do processo de aprendizagem.

Dos 15 alunos que foram entrevistados, constatamos diversas situações da escola, como também por meio de bases empíricas. Em virtude disso nos motivou a desenvolver esse Projeto como base no Regimento da escola e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a finalidade de expandir as regras que determinam aquilo que é de direito e dever de cada um, mas para isso tivemos que constatar o que de fato estaria afetando a educação e comprometendo o aprendizado dos discentes em virtude de desrespeito dos colegas, falta de compromisso dos próprios entrevistados e também dos professores.

Nota-se que nem sempre o que está no regimento da escola é apresentado e incentivado aos envolvidos nela, para que as ações desses estejam em consonância com as regras é preciso esclarecimentos ponderados sobre ele. Sendo um direito de todo discente não sofrer nenhum tipo de discriminação, constrangimento e intolerância, esse tipo de comportamento tem afetado psicologicamente os que foram entrevistados e disseram que não tinham conhecimento disso como um direito deles, e devido a isso eles perdem a autoestima de estar buscando cada vez mais o conhecimento necessário que possa garantir um futuro promissor. Em consequência disso desestimulam facilmente de aprender, os entrevistados também afirmaram que muitos de seus familiares já viveram situações desagradáveis dentro dessa escola e que levaram a uma desistência.

Por isso há uma necessidade urgente de intervir nessa realidade para amenizar as devidas situações já mencionadas. Por fim, compreende-se que o Colégio Lourival Baptista, embora seja um colégio de ampla estrutura e desenvolvido, ainda enfrenta sérios problemas na educação, cabendo-nos o papel de lutar para que esses direitos constitucionais sejam de fato efetivados e para que melhorias sejam implantadas.

CAPÍTULO 3

REGIMENTO ESCOLAR COMO PRÁTICA COLETIVA NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E DOS DEVERES

Muitas escolas passam por situações semelhantes a esse colégio Lourival Baptista, de não cumprir com seus deveres e não exigir os seus direitos, notamos que é de relevante importância a elaboração e efetivação de um Plano de Intervenção que vise esclarecer algumas regras do Regimento Escolar para solucionar diversos problemas que foram constatados por meio de levantamentos no colégio acima mencionado. Para que haja a integração dos alunos ao meio escolar e, por meio de seus executores, exclua gradativamente práticas desmotivadoras e segregacionistas, facilitando no ensino-aprendizagem. Dessa forma, deve ocorrer, para o êxito estrutural do projeto, a união para facilitar no ensino e a proatividade de todos os indivíduos envolvidos nesse órgão educacional, em especial, da equipe diretiva e professores (em âmbito geral) todos incumbidos de tal realidade para um bom aprendizado.

Uma vez que notamos, atualmente, distanciamento entre docentes e discentes, esse processo de educação é criticado e chamado de “educação bancária” que emana do professor e os alunos tomam notas. Segundo o educador Paulo Freire, em sua Pedagogia da Autonomia: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983, p. 79).

Em consonância com o processo educativo que nos deparamos até os dias presentes, percebemos ainda o autoritarismo de alguns docentes no colégio Lourival Baptista que causa segregação de profissionais e alunos, tornando assim “um ensino bancário” como diz Freire. É pertinente o incentivo aos responsáveis pela educação com mais intensidade e acompanhamento, objetivando suprir as necessidades dos discentes sem tradicionalismo predominante, permitindo que os alunos também possam expor seus pontos de vista sobre assuntos discutidos nas aulas, portanto a educação é considerada um processo social e não individualismo, como é atribuída a crítica do autor.

Com efeito, a satisfação do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, contribuiria para um avanço educacional e conseqüentemente o mesmo desenvolveria com bastante êxito seu papel social.

Percebe-se o quanto é relevante que os alunos e pais se despojem momentaneamente de certos afazeres, para realizarem juntos atividades educativas que visem princípios éticos e morais para facilitar no trabalho pedagógico dos docentes, quando conscientizados de seus deveres, essas poderão contribuir para uma educação de qualidade e que também irão facilitar na concretude de uma escola, onde as pessoas ajam com respeito e com responsabilidade nas suas tarefas, sem desrespeitar ninguém.

Sabemos que, no nível humano, um problema nunca se apresenta igual para todos os que estão nele envolvidos. Como também os objetivos diferem de sujeito para sujeito, mas, sem dúvida, após uma certa maturidade das mentes dos inseridos na instituição Lourival Baptista, poderemos dar saltos extraordinários para uma melhoria na educação.

Através de ciclo de palestras, a princípio, para com os 6º anos, apresentaremos o Regimento Escolar e alguns artigos do ECA, de maneira bem ponderada com a pretensão de conscientizarmos os participantes desse centro educacional sobre seus direitos e deveres e consequentemente esperamos por um aprendizado que os torne mais críticos e mais compromissados com o ensino, com a escola e com os problemas individuais.

Inicialmente, realizaremos palestras e oficinas sobre direito e deveres com a pretensão de envolver os alunos dos 6º anos, professores e os pais dos discentes, para prevenir falhas e qualquer tipo de discriminação que venha ferir os direitos humanos, abordando suas consequências com objetivo de melhorar as relações entre eles para o bem de todos. Portanto a escolha por essas turmas se justifica pelo fato de serem alunos com maiores necessidades de adquirirem conhecimento sobre o Regimento Escolar, sobretudo, conscientizarem-se de seus direitos e deveres para com esse centro educacional.

Para a elaboração do Plano de Intervenção, faz-se necessário à construção de um quadro no qual são elencados os objetivos operacionais e as atividades correspondentes de modo a averiguar a coerência entre ambos. A seguir no quadro 1 contém as etapas das atividades que serão realizadas no Colégio Lourival Baptista como parte do Plano de Intervenção, a apresentação dos objetivos deste Plano:

Quadro – 1 Objetivos do Plano de Intervenção

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Objetivos Operacionais
<p>Desenvolver e fomentar ações voltadas para o conhecimento do Regimento Escolar, para um melhor aprendizado.</p>	<p>Disponibilizar conhecimentos a alunos e professores do Colégio Estadual Governador Lourival Baptista sobre as questões relacionadas ao cumprimento dos deveres e ao conhecimento de alguns direitos, por que cumpri-los e como cobrá-los perante o regimento da mesma;</p> <p>Reforçar entre alunos e professores os seus direitos e deveres para com a escola;</p> <p>Incentivar alunos e professores a cumprirem com as orientações do regimento escolar para um ensino de qualidade.</p>	<p>Reforçar conhecimentos dos alunos sobre os seus direitos e deveres e suas consequências quando não são cumpridos à risca;</p> <p>Contribuir para que os alunos tomem conhecimento detalhado do regimento escolar ;</p> <p>Reforçar os conhecimentos necessários sobre o regimento escolar aos alunos e professores e também as consequências quando não se é respeitado, apresentando formas de como esses podem lidar melhor com essas informações do contexto escolar;</p> <p>Esclarecer aos alunos que determinados conhecimentos são de extrema importância para um aprendizado de qualidade; Conscientizar os alunos de seus direitos e deveres dentro da escola.</p>

Fonte: Adaptado do Modulo IX (2015, p.38)

Com base nos objetivos traçados no quadro 1, chegou o momento de elaborar, o rol de atividades segundo Christine Jacquet do Módulo IX (2015) da Elaboração de Plano de Intervenção Educacional, serão executadas de forma concreta, com o fim de alcançar os objetivos anteriormente definidos.

Sendo assim, a seguir no quadro 3, são associados os objetivos operacionais e as atividades correspondentes, de modo a averiguar a coerência entre ambos.

2.2 METAS

São metas estipuladas para esse Projeto de Intervenção:

No primeiro momento, serão elaborados e coordenados um ciclo de palestras de três dias no Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, sobre o desenvolvimento de um contexto escolar que deve seguir princípios da Educação Nacional que estão inseridos no regimento escolar do colégio Lourival, para um melhor desempenho dos alunos nesse contexto, conforme propostos nos objetivos deste Projeto de Intervenção; em cada dia, serão desenvolvidos palestra e oficina que deverão ter duração de aproximadamente 40 minutos.

No segundo momento, convidaremos três palestrantes especializados em direito. Para ministrarem os conteúdos selecionados para o ciclo de palestras (expandir o “Regimento Escolar”, “O Que É? Qual é a sua Importância para uma Educação de Qualidade? E Como Colocá-lo em Prática? Logo após será realizada uma dinâmica com objetivo de interagir e de descontrair os participantes. No terceiro e último momento, será apresentada uma dramatização elaborada pelos alunos sob a orientação dos professores sobre direitos e deveres para com a escola.

A meta qualitativa é contribuir com 30% das ações voltadas a minimizar os problemas causados pela falta de conhecimento dos direitos e deveres para com o Colégio Lourival Baptista, através do repasse de informações e discussões a alunos e professores sobre “As Matrizes do Regimento Escolar”, “O Que é? Por que conhecê-las? E Como Lidar Com Elas?” e “A importância do cumprimento para consequentemente obter um ensino de qualidade”, auxiliar também na preservação do colégio já mencionado.

Considerando os procedimentos e atividades necessários para a realização do objetivo geral de contribuir com as iniciativas da escola de conter a prática dos direitos e deveres no Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, através das temáticas “Direitos e Deveres”, e sua importância para a contribuição de um ensino de qualidade, à metodologia a

ser adotada são ações e atividades elaboradas nesse Projeto de Intervenção. A justificativa pela escolha dessa metodologia partiu da identificação do problema e da elaboração de uma ideia para tentar contribuir com a solução da problemática.

Como recursos necessários para a realização das ações julgamos que serão utilizados pen drive, data show, notebook, cartolinas, tesouras, colas, revistas, canetas e lápis. Optamos pelo aproveitamento dos recursos disponibilizados pela escola e pela participação da coordenação, também da escola e três palestrantes voluntárias com especialização em direito. Eis que esse projeto não conta com parcerias. Todo custo da iniciativa corre por conta da escola.

A seguir para que este projeto tenha êxito, faz-se necessário a descrição das atividades e a forma de como elas serão implantadas, bem como os recursos necessários para a execução sendo eles humanos, materiais, financeiros, técnicos, etc. O quadro 2 traz a descrição das ações que serão desenvolvidas neste Projeto de Intervenção.

Quadro 2 – Descrição das Ações do Projeto de Intervenção

Atividade 1: Palestra temática- O que é o Regimento Escolar, Qual é a sua importância para uma educação de qualidade e Como colocá-lo em prática.

<p>Objetivo Operacional I</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os conhecimentos dos alunos sobre os seus direitos e deveres e sua importância para uma educação com mais qualidade, testemunhas de quem a pratica; • Contribuir para que os professores consigam cumprir com os deveres para com a escola.
<p>Conteúdo da Atividade 1</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunir no auditório da escola alunos e professores para apresentação de palestras sobre o Regimento Escolar. 2. Convidar palestrantes especializados em direitos e deveres para

	<p>ministrar o conteúdo selecionado sobre: o que é o regimento escolar, qual a sua importância para uma educação de qualidade e como colocá-lo em prática, para o ciclo de palestras.</p>
<p>Pertinência da Atividade 1</p>	<p>Disponibilizar conhecimentos a alunos e professores do Colégio Estadual Lourival Baptista sobre as questões relacionadas a falta de cumprimento com os deveres para com a escola, porque evitar e como lidar com essa responsabilidade na forma do regimento <i>dessa</i> escola.</p>
<p>Público Alvo 1</p>	<p>Serão beneficiados por essa ação 74 alunos e 13 professores das turmas dos 6º anos do ensino fundamental, turno vespertino. A escolha por essas turmas se justifica pelo fato de serem alunos com idade suficiente e com maior necessidade para compreender o Regimento Escolar, sobretudo, de seus direitos e deveres. Conforme resultados do perfil predominante do professor que serão beneficiados pela ação segundo diagnóstico, esses são professores na faixa etária de 38 a 43 anos, são na maioria do sexo feminino e lecionam nas turmas de 6º ao 9º ano. No que se refere aos alunos, predomina o aluno com idade de 11 anos, sexo feminino e frequenta as turmas dos 6º anos.</p>
<p>Equipe de Execução 1</p>	<p>-Para realização da convocação de professores e alunos, a direção da escola assume a responsabilidade de mobilizá-los e instalá-los no auditório do colégio Lourival. No primeiro dia de seminário.</p> <p>-Para convidar o especialista com conhecimento no assunto, que assume a função de palestrante voluntária, para ministrar a temática “O que é o regimento escolar, e qual a sua importância para uma educação de qualidade e como colocá-lo em prática, a responsabilidade será da equipe diretiva da escola que assume a função de organizadora deste Projeto de Intervenção.</p>

Fonte: Adaptado do Modulo IX (2015, p.39)

Objetivamos alcançar com as ações desenvolvidas durante a realização do ciclo de palestras e com as atividades propostas, maiores esclarecimentos sobre o *Regimento Escolar*, e a necessidade de cumprir com seus deveres e cobrar os seus direitos também seja algo almejado por aqueles inseridos nesse centro educacional. No geral, espera-se um maior envolvimento de todos que fazem parte do Colégio Lourival Baptista, para uma melhoria do ensino-aprendizagem, após o conhecimento das regras estabelecidas no regimento, os discentes, docentes e funcionários em geral se conscientizem de seus compromissos para com a escola. A divulgação e a convocação ficam por conta da direção da escola que disponibilizou as turmas e professores para o evento.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Diante das ações planejadas, oportuno a elaboração no quadro 3, seguindo a orientação da autora Christine Jacquet, do cronograma das atividades do ciclo de palestras.

Quadro 3- Cronograma do Ciclo de Palestra

ATIVIDADES	FEVEREIRO/2016		
	1ºDia (SEGUNDA- FEIRA)	2º Dia (QUARTA- FEIRA)	3º Dia SEXTA- FEIRA)
<p>Palestra temática: “O Que é o Regimento Escolar, Qual a sua importância para uma Educação de qualidade e Como colocá-lo em prática”.</p>			
<p>Palestra temática: “Direitos e Deveres para com a Escola. ”</p>	X		
<p>Apresentar uma dramatização elaborada pelos alunos sob a orientação dos professores sobre os direitos e os deveres dentro da escola.</p>		X	
<p>Palestra temática: Perfil de uma escola que segue à risca as regras</p>			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo final do desenvolvimento desse trabalho é deixar bem esclarecido aos alunos o que é ser consciente e quais são os seus limites em relação aos direitos e deveres que os alunos e professores e (funcionário em geral) enquanto participantes de uma escola que queremos mais organizada e sem distinção.

Nesse sentido, a demonstração dos direitos e deveres se faz necessária para que todos os alunos e demais membros do Colégio Lourival Baptista conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, procurando ações para minimizar os atritos e diversidades que os envolvem.

A principal finalidade desse trabalho é realizar ciclo de palestras que permitam aos alunos e professores a integração e conscientização de seus direitos e deveres perante ao Regimento Escolar, que é um documento escrito e aprovado pela Secretaria de Educação do Estado.

Após apresentarmos para os alunos e restantes membros da escola o Regimento de forma detalhada as regras que nele contêm, através de palestras, dinâmicas e oficinas, esperamos que os mesmos assumam verdadeiramente seus compromissos para com a escola e assim contribuam para um aprendizado eficaz e uma convivência harmoniosa no ambiente escolar. A proposta inicial é lançar a toda comunidade escolar o total conhecimento do Regimento Escolar para então viabilizar um bom trabalho nessa instituição, em função dos papéis articuladores de todos aqueles que fazem o Colégio Estadual Gov. Lourival Baptista.

O que se espera na propositura do Projeto é a viabilização do conhecimento pleno dos fundamentos estruturais do Regimento Escolar da instituição, fazer com que a notificação de seus diversos artigos complemente a essência educativa na escola, viabilize uma visão de educação majoritária em todos que fazem a unidade de ensino e trace metas para que o trabalho docente esteja ao alcance dos alunos na inserção do aprendizado.

Para tanto, é necessário que o Projeto de Intervenção siga o seu rumo orientador e prevaleça na construção de novas ideologias que sejam adjetivadas através da educação fortalecida, conhecimento vital as necessidades do homem moderno e, principalmente, coordenação dos trabalhos que irão fortalecer a escola.

O que realmente está se esperando desse projeto não são mudanças repentinas, mas uma conscientização acerca das dificuldades enfrentadas, como negligências deixadas

para trás em função de uma educação sistemática que apenas direciona seguimentos atrelados a modismo e sem compromisso com o aprendizado.

Neste trabalho a esperança vem traduzida através da concepção de educação emancipativa que transporte a vida social para a escola e vice-versa. É fundamental que professores e alunos sejam os atores principais deste enredo na caminhada do aprendizado e das inovações abordadas através do regimento institucional.

A viabilização deste processo de intervenção será o grande trunfo dos educadores, dos alunos, dos responsáveis e toda comunidade escolar para que a educação se eleve através dos componentes presentes na instituição escolar em questão. A percepção da proposta de articulação entre direitos e deveres atrelados ao regimento poderá manter na escola um vínculo de profissionalismo e de atitudes entre todos os envolvidos, o que será demonstrada através da prática envolvida durante todo o processo de intervenção, bem como na longa caminhada que o Projeto de Intervenção irá delinear.

Através das estratégias que serão lançadas durante o período de aplicação do Projeto de Intervenção se espera que a instituição de ensino Escola Estadual Gov. Lourival Baptista motive a toda a comunidade escolar a conhecer e participar da construção de uma aprendizagem significativa para os alunos ali existentes, contemplando o regimento escolar como um documento que possibilita a inserção do cidadão na escola e na sociedade.

Mesmo que a aplicação do Projeto de Intervenção tenha seus empecilhos durante sua aplicação, é importante salientar que a precisão dos procedimentos de todos na escola, uma filosofia de trabalho que motive o conhecimento pleno das diretrizes na escola em função da construção de uma aprendizagem que vislumbre a emancipação se tornará agradável os membros da equipe escolar quando da inserção de planejamento, planos de ação e ferramentas associadas ao cultivo do saber.

A esperança é que os objetivos traçados durante a aplicação deste Projeto de Intervenção orientem os envolvidos nas ações que irão buscar diretrizes e mudanças na instituição escolar, fazendo com que, cada membro da equipe, seja aluno, professor, funcionário ou equipe diretiva esteja empenhado na concepção de uma educação realmente diferente da realidade tradicional vivenciada pela grande maioria das escolas atuais. Por fim, constatamos que a solução para os problemas – do Colégio Estadual Gov. Lourival Baptista da cidade de Porto da Folha – não se concretizariam na punição daqueles que não aderem às regras do Regimento Escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 abril. 2015.

BRASIL. MEC/SEESP. 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 27 abril. 2015.

OLIVEIRA, Romual do Portela. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE1107ROMUALDOPORTELADEOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF: Senado, 1988.

LEÃO, Leticia Gabriela Ramos. Revista Facev da Faculdade Cenecista de Vila Velha. Vol. 01, nº 04, p. 119-135. Vila Velha. Jan/jun/2010.

FREIRE, J. B. **De corpo e alma**: o discurso da motricidade– São Paulo: Summus, 1991. – (Novas Buscas em Educação)

SARAMAGO, J. **Ensaio Sobre a Cegueira** – Folha de S. Paulo –1996.

GUTIERRE, J. S. F. P. **História da Educação no Brasil**: um balanço prévio e necessário. – São Paulo – 2007.

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 8 ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

MELO, A. S. B. **Referencial Curricular** – Sergipe – 2013.

MENDES, Ovídio Jairo Rodrigues. **Concepção de Cidadania**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARICÁ, M. Máximas apud RÓNAI, Paulo. **Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 437.

PLATÃO – **Vida e Obra** – São Paulo – 2004.

BAPTISTA, C. E. G. L – **Regimento Escolar**- Porto da Folha/ Sergipe-04 de Agosto de 2015

COLLOR, F. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Brasília, 13 de julho de 1990, 169º da Independência e 102º da República.

APÊNDICES

Apêndice - A

Roteiro de Entrevista realizada aos Alunos e Professores do Colégio Lourival Baptista

Este questionário tem como propósito verificar como os alunos dos 6º anos exigem os seus direitos e como cumprem com os seus deveres na instituição Lourival Baptista. Contamos com sua participação. Desde já fica o nosso agradecimento, por sua colaboração neste estudo.

Etapa 1-Perfil do respondente

Idade: _____ Ano: _____ Tuma: _____ Sexo: _____

Etapa 2-Relacionado aos Direitos e Deveres dos alunos dos 6º anos

3. Você sabe quais são seus direitos e deveres como estudante dessa instituição?

sim Não

Justifique sua resposta sobre seus direitos nessa escola.

4. Você sabe quais são seus deveres como estudante dessa instituição?

Sim Não

Justifique sua resposta sobre seus deveres nessa escola.

5. Já ouviu falar sobre o Regimento Escolar dessa escola?

Sim Não

6. Você sabe que pode recorrer a Direção, Comitê Pedagógico e/ou Coordenadoria de Ensino quando julgar prejudicados os seus direitos?

Sim Não

7. Em algum momento você já foi tratado com desrespeito por alguém do colégio?

Sim Não

8. Sabia que é um direito seu como aluno participar das atividades desenvolvidas no colégio?

Sim Não

9. Em algum momento você já foi impedido de exercer a autonomia intelectual e o pensamento crítico?

Sim Não

Apêndice - B

Este questionário tem como propósito verificar como os professores cobram seus direitos e como cumprem com os seus deveres na instituição Lourival Baptista. Contamos com sua participação. Desde já fica o nosso agradecimento, por sua colaboração neste estudo.

Etapa 1- Perfil do respondente

Idade: _____ Ano: _____ Tuma: _____ Sexo: _____

Etapa 2-Relacionado aos direitos e deveres dos professores.

3.Você sabe quais são seus direitos como professor dessa instituição?

Sim Não

Justifique sua resposta sobre seus direitos nessa escola.

4.Você sabe quais são seus deveres como professor dessa instituição?

Sim Não

Justifique sua resposta sobre seus deveres nessa escola.

5. Já ouviu falar sobre o Regimento Escolar dessa escola?

Sim Não

6.Você sabe que pode recorrer a Direção, Comitê Pedagógico e/ou Coordenadoria de Ensino quando julgar prejudicados os seus direitos?

Sim Não

7.Em algum momento você já foi tratado com desrespeito por alguém do colégio?

Sim Não

8.Em algum momento você já foi impedido de exercer a autonomia intelectual e o pensamento critica?

Sim Não